

## PRODUÇÃO FAMILIAR E PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO SOCIAL\*

*Darlene Aparecida De Oliveira Ferreira*<sup>\*I</sup>  
*José Carlos Alves Pereira*<sup>\*II</sup>

**RESUMO:** Nesse artigo, procura-se debater as estratégias de reprodução social do agricultor familiar sob os impactos da modernização tecnológica na base da produção agrícola. Como estudo de caso, tomou-se o Município de Araraquara-SP, onde a monocultura é hegemônica, mas persistem produtores familiares.

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultura familiar; estratégia; pluriatividade.

### INTRODUÇÃO

Nossas reflexões têm como foco principal o desenvolvimento de atividades não-agrícolas concomitantemente às atividades agrícolas como

---

□ As reflexões apresentadas neste artigo são resultados parciais do Projeto de iniciação científica “O potencial das atividades agrícolas e não-agrícolas em pequenas propriedades rurais do Município de Araraquara-SP” – financiado pela FAPESP. Período: 01/07/2002 a 31/07/2004, desenvolvido junto ao Projeto “Do campo à cidade, da cidade ao campo – ruralidade e urbanidade em espaços contíguos: o caso de Araraquara-SP”, no DAPF – FCL-UNESP/CAR.

□\* Docente do Depto. de Antropologia, Política e Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – FCL – UNESP – Araraquara. Docente Convidada do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração em Organização do Espaço – IGCE – UNESP – Rio Claro.

□\*\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – IFCH/Unicamp. Bolsista FAPESP MS 2005-2007.

estratégia de reprodução social do pequeno produtor familiar do Município de Araraquara-SP, área onde predominam – em extensão – grandes propriedades rurais altamente capitalizadas.

A combinação de atividades não-agrícolas com as atividades agrícolas formam o que muitos autores denominam de pluriatividade. Faremos nossa abordagem sobre o produtor familiar da região e a pluriatividade considerando os impactos do processo de modernização desigual da agricultura brasileira sobre os pequenos agricultores, bem como as influências da pluriatividade na unidade familiar de produção que a adota como uma estratégia de resistência e permanência numa área consolidada economicamente pelas monoculturas de cana e laranja.

Dividiremos nosso texto em cinco partes. Primeiro abordaremos a pluriatividade numa perspectiva histórica de autores clássicos como Karl Kautsky, e Alexander Chayanov; na segunda parte apontaremos para a polêmica que envolve a noção conceitual do fenômeno da pluriatividade nas pesquisas contemporâneas; terceiro, indicaremos a discussão sobre a pluriatividade nos estudos da agricultura brasileira e os seus impactos no meio rural brasileiro; quarto, através da leitura de resultados parciais de nossa pesquisa de campo, centraremos nossa discussão sobre a pluriatividade no Município de Araraquara-SP. Por último, faremos uma breve conclusão sobre os resultados de nossa pesquisa e a discussão teórica sobre a noção de pluriatividade e seus impactos sobre a unidade familiar de produção.

## **PLURIATIVIDADE: UM FENÔMENO HISTÓRICO**

A pluriatividade não é um fenômeno recente e nem efêmero, tampouco exclusivo de uma região. Ela é realidade em áreas rurais de países desenvolvidos como os EUA, França, Alemanha, Japão, Espanha, etc., e, de países em desenvolvimento como Coreia, México, Chile, Brasil, etc.

Karl Kautsky (1968), no escopo de análise marxista e, Alexander Chayanov (1974), sem descartar tal escopo, mas incorporando novos elementos na análise, já chamavam a atenção para a prática de atividades não-agrícolas por famílias camponesas. Contudo, esses pesquisadores

não chegaram a trabalhar com a nomenclatura “pluriatividade”. O primeiro trabalhou com a expressão “trabalhos acessórios”, já o segundo usou a “expressão atividades não-agrícolas”.

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo e, como consequência disso a concentração de riqueza pelos grandes proprietários, Kautsky (1968), indicava que, dentro desse processo, o pequeno camponês estaria fadado ao desaparecimento, já que se quisesse manter sua pequena propriedade teria que desenvolver trabalhos acessórios. Essa prática era o instrumento que poderia garantir a existência da pequena propriedade no capitalismo. Entretanto, ela apontaria para um processo de proletarização do pequeno camponês.

De acordo com Kautsky, a grande maioria dos camponeses alemães não dispunha de recursos para melhorar seus instrumentos de trabalho ou substituí-los por outros mais eficientes, como poderiam fazê-lo os agricultores capitalizados que se tornavam mais competitivos no mercado. Tal fato colocava em cheque a reprodução social dos pequenos camponeses, posto que eles não conseguiriam se capitalizar e resistir à concorrência dos grandes agricultores. No entanto, os pequenos agricultores que não conseguissem se capitalizar não ficariam de todo fadados ao desaparecimento. Isto, se eles usassem como estratégias de reprodução social de sua categoria formas de *trabalhos acessórios*, que poderiam estar ligadas ou não às atividades agrícolas. Ao desenvolver trabalhos acessórios fora de sua propriedade, o pequeno agricultor tomaria cada vez mais o caráter de proletário. Mas, não se deve

pensar que a pequena propriedade esteja em vias de desaparecer na sociedade moderna, ou que possa inteiramente ser substituída pela grande propriedade. Onde a concentração desta última avançou bastante, a tendência à subdivisão da terra entra em jogo, e o Estado, políticos locais, e mesmo os grandes proprietários intervêm com o objetivo de garantir a pequena propriedade ou os pequenos arrendatários (KAUTSKY, 1968: 182).

O pressuposto é que a manutenção da pequena propriedade seria funcional ao capitalismo na medida em que ela se torna uma reserva de mão-de-obra barata para grandes produtores capitalizados ou grandes industriários instalados nas áreas rurais.

Assim, podemos destacar alguns aspectos analíticos fundamentais no pensamento do autor sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura: a) a intervenção do Estado e/ou das empresas capitalistas é de fundamental importância para a criação de infraestruturas que viabilizem o desenvolvimento de trabalhos acessórios seja para a agroindústria, seja para indústrias domésticas; b) entretanto, a ação dessas instituições, mais do que proteger os camponeses, visa mantê-los à sua ilharga porquanto se constituem em modelos para políticas sociais e fonte de mão-de-obra barata (KAUTSKY, 1968).

Percebe-se que para o autor a ação e influência de elementos externos (Estado, grandes produtores capitalizados, indústrias, etc.) ao núcleo familiar camponês são decisivos para a manutenção ou supressão dessa categoria social. Para isso o capital dispõe e reinventa diversos ardis, sendo que os mais evidentes são os trabalhos acessórios. Estes constituem uma via de duas mãos. Por um lado faz diminuir a produção agrícola na pequena propriedade e o camponês se proletariza, por outro é a única forma de permanência da pequena propriedade diante do desenvolvimento do capitalismo no meio rural.

O outro autor clássico (Alexander Chayanov) destacou que as rendas obtidas através das atividades não-agrícolas são significativas para o processo de reprodução social da família camponesa e que, para compreender a dinâmica deste processo, é de fundamental importância um estudo sobre a organização interna e a composição demográfica deste sujeito social. Ao elaborar a teoria da “Unidade Econômica Camponesa” (UEC) o autor sugere que se deve fazer um

balance subjetivo entre trabajo e consumo para analizar los procesos de continuidad en la unidad económica campesina y para establecer la naturaleza de la motivación de la actividad económica da al familia campesina. Mas allá de sus límites en la esfera de las relaciones entre unidades de exploración agraria, la unidad económica campesina

aparece através de sus acciones objetivas y es la única manera que puede hacerlo (CHAYANOV, 1974: 38-9).

Assim, o foco central da análise não recai nos elementos externos ao núcleo familiar, mas nos elementos internos a ele como a relação entre a demografia do grupo e quantidade de terras disponíveis para trabalhar, ou ainda a quantidade de membros aptos ao trabalho.

Mas, além do equilíbrio entre consumo e trabalho na unidade camponesa, isto é, quantos braços produzem e quantas bocas comem; do caráter demográfico da família (quantidade de membros que a compõem e seu ciclo de vida), Chayanov aponta para a importância de analisar e compreender o núcleo familiar como o centro que regula e operacionaliza a produção. Assim, as decisões não são tomadas por um único membro da unidade – no caso o chefe –, mas pelo grupo familiar. Este fator é fundamental para se analisar e compreender os motivos, conseqüências e estratégias da execução de atividades não-agrícolas pelas famílias camponesas.

Portanto, todas as formas de influência da composição da família sobre a produção do trabalhador familiar e as outras conseqüências produzidas pelo equilíbrio interno dos fatores de produção da unidade de exploração estão naturalmente relacionadas com a renda total da família e não com a parte que constitui sua renda agrícola. (CHAYANOV, 1974: 110).

O grupo familiar pode se organizar de diversas formas em função das muitas estratégias de produção e reprodução. Algumas dessas formas de organização, mediante o exercício de atividades não-agrícolas, podem conduzir à ruptura da família camponesa. É suscetível de acontecimento que um ou mais membros da unidade familiar de produção se desvincule desta - sem, no entanto, - constituir uma nova família. Isto acontece, principalmente, com os migrantes. Pode ocorrer também que indivíduos constituam novas famílias e se desvinculem das relações de trabalho do seu primeiro núcleo familiar. Os motivos para isso são diversos, como: desentendimentos na elaboração ou execução de projetos coletivos,

casamentos, novas oportunidades que podem melhorar o nível de vida individual; etc. Neste último caso, o exercício de atividades fora da propriedade da família – sem a transferência da renda ou parte dela para o grupo – estaria no princípio do processo de ruptura da unidade familiar de produção.

Chayanov indica também que existem formas de organização que viabilizam a coesão do grupo familiar, desenvolvendo ou não atividades não-agrícolas. É o caso de membros que constituem novas famílias, mas permanecem nas terras de sua família de origem, ou até continuam a morar na casa onde já moram pai, mãe e irmãos. Pode ser ainda que trabalhem em propriedades alheias, fábricas, lojas etc., mas somam seus rendimentos salariais com os dos demais membros da família a fim de beneficiar todo o grupo com uma renda maior. Essa seria mais uma estratégia, entre outras, pela qual o grupo familiar estaria se organizando internamente para administrar e gerir atividades agrícolas e não-agrícolas, dentro e/ou fora de sua propriedade visando atingir um nível de vida confortável e manter sua reprodução social. Assim, o exercício de atividades agrícolas e não-agrícolas por membros de uma família fora da propriedade, não informa necessariamente a desagregação do núcleo familiar. Essa ruptura depende de como a família consegue organizar seus projetos coletivos e individuais. Nessa perspectiva de análise das famílias pluriativas e sua ruptura ou coesão deve-se considerar: a) o desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora da propriedade; b) a constituição de novas famílias sem que seus membros mudem de propriedade ou percam vínculos de produção com a família de origem; c) migração em busca de trabalho devido a quantidade insuficiente de terras próprias que ocupem todos os indivíduos aptos ao trabalho etc.

Feitas essas breves explicações sobre os respectivos pensamentos de Kautsky e Chayanov pode se concluir que: a) Kautsky destacava em sua análise sobre a questão agrária a influência dos arranjos institucionais e dos aspectos macroeconômicos do capitalismo (elementos externos) influenciando a produção familiar; b) já Chayanov, embora não descartasse a influência desses fatores, deu ênfase à compreensão de elementos internos (equilíbrio entre braços aptos ao trabalho e bocas para consu-

mir, organização da família, etc.) influenciando a reprodução socioeconômica das famílias camponesas. Seu foco analítico é direcionado aos fatores microeconômicos e sociais – não desvinculados do capitalismo – mas forjados no seio familiar.

#### **A NOÇÃO DE PLURIATIVIDADE NAS PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS**

Para os pesquisadores contemporâneos a noção de pluriatividade não difere muito daquilo que Kautsky e Chayanov chamavam de “trabalhos acessórios” e “atividades não-agrícolas”, respectivamente. Procura-se investigar o fenômeno sem perder de vista aqueles elementos internos e externos ao grupo familiar que trazem para o debate a questão da modernização tecnológica e a modernidade social. Contudo, não há um consenso formado acerca de um conceito e as implicações da pluriatividade na reprodução social dos pequenos produtores rurais. A noção mais aceita até o momento é a de que a pluriatividade é

um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003: 25-6).

É importante destacar essa idéia de produção inerente a atividade agrícola, pois a família rural que não tem no seu arco de atividades a agricultura, escaparia do conjunto de atores e fenômenos sociais que o conceito alcança. A pluriatividade ocorre em “unidades de produção multidimensionais, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências)” (FULLER, 1990: 367).

Alguns autores concebem a pluriatividade como um fenômeno de ruptura da unidade de produção familiar e/ou a falência da atividade agrícola. Como as rendas geradas pelas atividades agrícolas em geral são infe-

riores às rendas geradas pelas atividades não-agrícolas, o pressuposto é que estas últimas passem a ocupar mais tempo das famílias em detrimento da agricultura. Outro pressuposto ainda é que a prática de atividades diferenciadas em lugares distintos desencadeie um processo de individuação<sup>1</sup> dos membros, o que elimina o caráter coletivo e, conseqüentemente, inviabiliza a reprodução social da unidade familiar de produção (LACOMBE, 1984). Nessa perspectiva, o destino desse sujeito social seria, além do trabalho em caráter de assalariamento, a desagregação do núcleo familiar como unidade social de produção.

Porém, outros pesquisadores indicam que a renda obtida nas atividades não-agrícolas pode complementar e garantir o investimento na exploração agrícola pode significar, ainda, uma secundarização estratégica desta no processo de reprodução social do grupo familiar como unidade social de produção. Sob esse argumento, o pressuposto é que o caráter familiar da produção possibilita maior plasticidade aos membros na organização do trabalho interno e na utilização de rendas provenientes de fontes externas (CARNEIRO, 1996).

Isso posto, Moreira (1999: 102) observa que a investigação das unidades familiares de produção agrícola deve considerar dois aspectos: a) as relações entre os indivíduos de um lado; b) os valores que dão sentido a essas relações. A idéia é que, como em toda relação social, os arranjos familiares (seja na esfera do parentesco, seja na esfera da produção) consideram uma parte ideal do pensamento ou de representação que informa valores e atitudes. Estes refletem uma “tradição que é acionada na formulação das estratégias familiares orientando as escolhas coletivas e informando os projetos individuais possíveis” (CARNEIRO, 1999: 329). Assim, a família não opera sem considerar a individualidade de seus membros, seja na organização do trabalho, seja na obtenção de rendas. Isso posto, a pluriatividade se apresenta como um fenômeno potencial e não fatal de desagregação do grupo familiar. Desagregação ou

---

<sup>1</sup> INDIVIDUAÇÃO: “enfraquecimento de certas formas de controle social, exercido pela família, pelo grupo vicinal, ou pela comunidade local” (WILLEMS, Emílio. Individualização. In: *Globo*. Dicionário de Sociologia. Rio de Janeiro: Globo, 1961).

coesão não ocorrem de forma linear e não dependem exclusivamente de fatores externos ao grupo, pois a

multiplicidade de fontes de ganhos, de distribuição de ganhos e de acumulação familiar de patrimônios só se explica e se compreende se levarmos em conta a multiespacialidade e a multitemporalidade da família agrícola. Ela é mais uma rede de relacionamento de várias gerações, em vários lugares, do que simplesmente um agrupamento nuclear como supõem os organizadores dos Censos e supõem, no geral, os pesquisadores interessados em temas econômicos (MARTINS, 2001: 22).

Isso nos leva a trabalhar com a hipótese de que os produtores familiares têm como principal característica no seu rol de estratégias para sua reprodução social, a capacidade de se adaptar a diversas formas de sociabilidade temporal, espacial e cultural para a manutenção de seu *status quo*. Mais que isso, esses sujeitos são capazes de reinventar suas tradições para garantir seus espaços político, econômico, cultural e social na sociedade moderna.

A modernização sem modernidade é perniciosa ao conjunto da sociedade, mas o é de modo mais intenso aos grupos minoritários, ou mais frágeis política e economicamente, tanto nas sociedades urbanas, quanto rurais (LECHNER, 1990). Nos países desenvolvidos esse problema não foi resolvido definitivamente, mas seu debate é aberto e conta com ampla participação de diversos setores sociais. Já nos países em desenvolvimento, e no caso específico do Brasil, não há o debate político e social que leve à reflexão sobre a modernização tecnológica e seu contrapeso – sadio e necessário – a modernidade social.

A despeito da fundamental importância do produtor familiar na geração de empregos e gêneros alimentícios básicos para o abastecimento do mercado interno, no Brasil esse sujeito/ator social é politicamente bloqueado e socialmente desvalorizado (WANDERLEY, 1995). Em função das nossas tradições históricas, no que se refere à apropriação dos espaços (grande ou pequena propriedade), organização do trabalho etc., nossa so-

cidade ainda não se mostrou capaz de reconhecer formas sociais de produção que não se pautem exclusivamente pela lógica capitalista.

## **OS ESTUDOS DA PLURIATIVIDADE E SEUS IMPACTOS NO MEIO RURAL BRASILEIRO**

É basicamente a partir do fim dos anos de 1980 e início da década de 1990 que as pesquisas sobre pluriatividade no meio rural brasileiro começam a se multiplicar. A maior parte dos trabalhos se alinha conceitual e metodologicamente a autores como Marsden (Economia Política), na tradição europeia, bem como a Anthony Fuller, na Sociologia da Agricultura nos EUA, e ainda com as perspectivas de Kautsky e Chayanov, respectivamente.

Salvo algumas exceções, as pesquisas realizadas no Brasil revelam que os agricultores têm recorrido à pluriatividade como uma estratégia para complementar suas rendas, e, assim garantir a reprodução social de sua família, porquanto seu acesso a políticas públicas para o setor é limitado por trâmites burocráticos ou ainda pelo caráter incipiente das políticas.

No que se refere aos impactos da pluriatividade no meio rural brasileiro, as pesquisas realizadas a partir da década de 1990 apontam para a transformação da dinâmica do campo, principalmente na região Centro-Sul. De modo geral, os estudos revelam que o meio rural não é mais apenas sinônimo de atividades agropecuárias. Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990 revelaram que, no Brasil, o crescimento da PEA (população economicamente ativa) rural a partir de 1985 tem sido maior que o crescimento da PEA agrícola, sendo que o crescimento desta já era negativo. Na década de 1980, a PEA agrícola teve crescimento negativo de 0,3% e 0,6% nas regiões Sul e Sudeste, respectivamente. Já a PEA não-agrícola teve um crescimento superior a 2,6% a.a., sobretudo na região Sudeste. Em 1990, mais de 40% da PEA rural já estava ocupada em atividades não-agrícolas na região Sudeste. O setor que mais absorveu mão-de-obra foi o agroindustrial. As PNADs mostram ainda que, no estado de São Paulo, a PEA ru-

ral vinha caindo nos anos 1980, mas no período 1992-95 ela teve um crescimento de 2,3% a.a.. Este crescimento da PEA rural paulista foi superior ao da PEA urbana, que teve crescimento de 1,5% a.a. no mesmo período.

O crescimento das atividades não-agrícolas no espaço rural não indica que os salários dos trabalhadores rurais tenham melhorado e sejam iguais ou superiores aos dos trabalhadores urbanos. Os dados da PNAD de 1992 mostram que, de modo geral, as rendas dos trabalhadores rurais assalariados ou não – além de continuarem mais baixas que as dos trabalhadores urbanos – sofreram uma queda entre 1990 e 1992. Mas a mesma pesquisa mostra também que as rendas dos trabalhadores rurais, em especial das unidades familiares de produção pluriativas, a despeito de terem caído em relação a 1992, caíram menos e continuam mais altas que as dos trabalhadores que só se ocupam com atividades agropecuárias (SILVA, 1999).

É sabido que tanto nos países desenvolvidos (EUA, Alemanha, Inglaterra, etc.), como nos países em desenvolvimento (Brasil, México, países do Leste europeu, China, etc.), a renda dos trabalhadores urbanos é superior a renda dos trabalhadores rurais (Mendras, 1969; Abramovay, 1998). Diante desse quadro, a análise científica sobre a realidade do fenômeno se faz necessária, a fim de compreender a pluriatividade em Araraquara, bem como as ações e relações sociais dos sujeitos/atores sociais com ela envolvidos. É sobre esses aspectos que nos debruçaremos no próximo tópico.

### **PLURIATIVIDADE E PRODUÇÃO FAMILIAR: O CASO DE ARARAQUARA-SP**

As pesquisas realizadas por cientistas sociais brasileiros entre o período de 1980 e 2000, apontam para a modernização da base tecnológica da agricultura brasileira, no entanto indicam também a permanência do latifúndio em detrimento do minifúndio. Tal qual a tecnologia, a instalação dos Complexos Agro-industriais (CAIs), a partir de 1970 não provocou mudanças substantivas na estrutura agrária do país, no sentido de viabilizar o pleno desenvolvimento da agricultura familiar ou facilitar

a desconcentração da propriedade de terras. Os assentamentos de reforma agrária começaram a surgir a partir da década seguinte, refletindo a demanda de movimentos sociais<sup>2</sup>.

A modernização não atingiu de forma homogênea todo o espaço rural do país, tampouco foi alcançada, ou levou benefícios a todas as categorias sociais que nele atuam. A região que mais se desenvolveu foi a Centro-Sul, enquanto a Norte e a Nordeste se caracterizam por uma exploração agropecuária insatisfatória por meio de bases técnicas rudimentares. Por outro lado, a agricultura familiar – inclusive na região Centro-Sul, mas principalmente nas outras regiões do país – foi posta à margem das políticas públicas que privilegiaram os médios e grandes produtores capitalizados ou em vias disso. Substituídos pela máquina, ou sem condições de manter a propriedade, um grande contingente de trabalhadores e pequenos produtores rurais descapitalizados tiveram de abandonar o campo e partir em direção aos grandes centros urbanos.

No que diz respeito à questão fundiária e a elaboração de políticas que viabilizassem a permanência no campo e a competitividade dos pequenos produtores, essa modernização foi deficitária e, em algumas regiões, inexistente. Isso posto, a conclusão a que se pode chegar é que a modernização do meio rural brasileiro foi feita de forma desigual, dolorosa e excludente (SILVA, 1982; WANDERLEY, 1995; GONÇALVES NETO, 1997).

Tendo em vista o processo desigual de modernização da agricultura brasileira que privilegiou os grandes produtores em detrimento dos pequenos o fenômeno da pluriatividade nas unidades de produção familiar, nosso objetivo é analisar o potencial e a dinâmica de uma área – Município de Araraquara-SP – onde predominam as grandes lavouras capitalizadas (citricultura, voltada para exportação de suco, e a cultura canavi-

---

<sup>2</sup> Sobre o assunto, recomenda-se a leitura de: LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir e CINTRÃO, Rosângela (coordenadores). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA: NEAD: São Paulo: Editora da Unesp, 2004; MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003 e SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

eira para produção de açúcar e álcool), mas persistem produtores familiares. De acordo com os cadastros de 1995 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, há no Município de Araraquara-SP aproximadamente 890 propriedades rurais, sendo que desse número cerca de 750 propriedades medem entre 0,1 ha e 50 ha. Como parte de nossa pesquisa aplicamos 308 questionários junto a produtores familiares com propriedades de 0,1ha até 50ha. Os produtores foram divididos em três grupos: 0,1ha a 20ha; 20,1ha a 40ha, e de 40,1ha a 50ha. Assim, cobrimos o que o INCRA define como minifúndios e pequenas propriedades e analisamos os impactos da pluriatividade nos respectivos extratos de áreas. As informações levantadas foram sistematizadas em Banco de dados Acces e Banco de dados Excel. Para a elaboração desse texto, selecionamos algumas informações para análise. São elas: a) índice de famílias pluriativas; b) número de famílias que têm acesso ou não a financiamento para a atividade agrícola; c) tempo ocupado com as atividades não-agrícolas; d) local onde as atividades não-agrícolas são desenvolvidas; e) caráter da mão-de-obra das atividades não-agrícolas; f) destino da renda das atividades não-agrícolas e g) por quais motivos, eventualmente, a família venderia sua propriedade rural. Como nossa proposta central é investigar a possível proletarização do produtor familiar pluriativo e a possível individualização dos membros dessa unidade, analisaremos com mais profundidade os três últimos tópicos. Na tabela 1 procuramos esboçar um diagnóstico preciso dessas informações.

**Tabela 1: Caracterização dos agricultores com propriedades de até 50ha no município de Araraquara-SP (% das famílias\*)**

Estratos de área (ha)	01-20	20,1-40	40,1-50
Famílias por estrato de área	56	32	12
Pluriativas	77	67	86
Têm financiamento	26	45	31
Atividade não-agrícola em tempo parcial	49	68	48
Atividade não-agrícola em tempo integral	51	38	52
Atividade não-agrícola na propriedade	24	31	40
Atividade não-agrícola fora da propriedade	76	69	60
Mão-de-obra assalariada	30	16	17
Mão-de-obra própria	100	52	70
Renda não-agrícola para investir na lavoura	25	30	23
Renda não-agrícola para no consumo familiar	46	29	37
Renda não-agrícola para investir na lavoura e consumo familiar	23	36	28
Renda não-agrícola para consumo individual	6	5	12
Venderia a propriedade p/comprar outra maior	13	20	22
Venderia a propriedade para mudar-se para a cidade e abandonar a agricultura	2	0	0
Venderia a propriedade para ajudar um filho em dificuldade financeira	4	9	20
Venderia a propriedade por outros motivos	11	3	11
Não venderia a propriedade por motivo nenhum	70	68	47

\* Total de 308 famílias pesquisadas.

Fonte: Trabalho de Campo – fev/maio de 2003

Nossas análises indicam que 75,3% das famílias estudadas são pluriativas. Entre outros, dois elementos ajudam a explicar esse alto índice de pluriatividade. O primeiro é a necessidade de obtenção de uma renda extra, por parte das famílias, para complementar sua renda agrícola e dessa forma satisfazer as necessidades do grupo. O segundo é a iniciativa do poder público local e estadual em desenvolver políticas de apoio aos produtores. Sobre essas políticas, vale ressaltar que elas são relativamente reduzidas e tampouco atendem às principais necessidades dos contemplados, como o acesso ao crédito, escoamento e comercialização da produção. Além disso, a falta de informação sobre elas, ou seus trâmites burocráticos, impedem que um número maior de produtores seja atendido. Assim, o principal elemento que leva os produtores familiares analisados a desenvolverem atividades não-agrícolas, dentro ou fora de suas propriedades, é a necessidade de uma renda extra, que complemente a renda obtida através das atividades agrícolas. Em geral, a renda extra (complementar) é destinada à satisfação das necessidades do grupo familiar (roupas, eletrodomésticos, remédios, artigos escolares etc.), e também ao investimento na lavoura (compra de sementes, adubos, equipamentos etc.). Nota-se que são fatores externos ao grupo familiar (políticas públicas, parcerias com fundações etc.), mas principalmente fatores internos (necessidades básicas de consumo familiar) que o influenciam diretamente no desenvolvimento ou não dessas atividades. Discorreremos sobre cada um desses dois aspectos, procurando apontar suas influências sobre as famílias ao optarem ou não pela pluriatividade.

#### **a) Políticas públicas**

O Sebrae-SP, em parceria com a Prefeitura Municipal de Araraquara, oferece cursos de capacitação profissional aos produtores do município e sua região. O objetivo desses cursos é capacitar profissionalmente os produtores para que eles mesmos possam transformar seus produtos *in natura* e com isso agregar-lhes mais valor. O pressuposto é que essa medida permita que o produtor amplie sua renda e surjam novas ocupações para outros membros da família que estejam desocupados. Nesse

sentido, foram elaborados os projetos “Direto do Campo” e “Sistema Agroindustrial Integrado” (SAI). O primeiro projeto permite ao produtor vender os seus produtos diretamente numa feira livre organizada semanalmente nas imediações do centro da cidade. Atualmente o “Direto do Campo” atende cerca de 48 produtores.

O segundo projeto oferece cursos de artesanato, padaria caseira, confeitaria, apicultura, turismo rural, doceria, etc. Como esse projeto é mais amplo que o primeiro, de 2002 a 2003 ele atendeu cerca de 300 produtores. Contudo, nem todos os atendidos organizam suas pequenas indústrias domésticas, pois muitos têm dificuldades financeiras para adquirir os equipamentos necessários ou ainda não têm em vista locais de venda dos seus produtos.

#### **b) Necessidade de rendas complementares**

Esse fator é o que mais influencia diretamente na decisão das famílias desenvolverem ou não as atividades não-agrícolas, como forma de dar ocupação aos membros sem trabalho, mas principalmente como estratégia para atender às necessidades do grupo. Para se ter uma idéia disso, 40,5% dos produtores analisados usam a renda das atividades não-agrícolas para o consumo familiar e 27,1% deles usam essas rendas para investir na lavoura e o consumo familiar concomitantemente. Vale ressaltar que 43,6% dos produtores que usam a renda das atividades não-agrícolas para o consumo familiar têm propriedades com até 20 ha. É interessante destacar que se considerarmos o universo total (232) dos produtores pluriativos veremos que 94,4% deles destinam a renda das ANAs para consumo familiar e o investimento nas lavouras. Isso reflete a tentativa de suprir suas necessidades domésticas, bem como a dificuldade de obtenção de crédito agrícola, já que 67,0% dos produtores não conseguem financiamento para as lavouras. Apenas 5,6% usam a renda não-agrícola para o consumo individual. Isso quer dizer que, no caso analisado, a pluriatividade não provoca uma fragmentação da unidade familiar de produção como pressupunham alguns autores.

No que se refere ao tempo parcial ou integral ocupado pelas atividades não-agrícolas, há um “ligeiro” equilíbrio. 47,9% das famílias as de-

envolvem em tempo integral e 52,1% o fazem em tempo parcial. Para as que desenvolvem em tempo integral, não significa dizer que elas não se ocupam com a agricultura. Na verdade, enquanto um ou mais membros da família se ocupam em tempo integral fora da agricultura, os outros se ocupam com as lavouras.

Sobre o local onde as atividades não-agrícolas são desenvolvidas, constatamos que 28,0% das famílias o fazem na sua propriedade e 72,0% as praticam fora. Nesse ponto é interessante verificar qual é o caráter da força de trabalho ocupada nessas atividades. Sua principal característica é a autonomia, pois 33,6% dessa força de trabalho é contratada formalmente com registro em carteira e 66,4% é autônoma sem registro em carteira.

Não se pode depreender daí que não há uma relação de assalariamento do produtor familiar e as atividades desenvolvidas por ele fora de sua propriedade em função do caráter autônomo de sua mão-de-obra. Uma análise mais perspicaz revela um assalariamento dissimulado, já que o produtor vende sua força de trabalho. Além disso, há uma precarização do trabalho, pois 66,4% dos trabalhadores não gozam dos benefícios garantidos pelo contrato formal em carteira de trabalho. Isso vale para os três estratos de área estudados. Pode-se dizer também que não há uma relação direta de perda de vínculo com a atividade agrícola e o trabalho não-agrícola fora da propriedade. Dos 308 de produtores, apenas 0,9% venderiam suas propriedades para mudar-se para a cidade e não mais praticar a agricultura. Vale destacar que esses 0,9% são produtores situados no estrato de área de 0,1 a 20 ha. 16,3% dos produtores a venderiam a propriedade para comprar outra maior; 7,5% o fariam para ajudar um filho em dificuldade financeira; 8,5% venderiam por outros motivos como doença, velhice, carência total de recursos para investir na lavoura etc. Já 66,8% não venderiam suas propriedades por motivo nenhum. No grupo de produtores com propriedades até 20 ha, o percentual dos que não as venderiam chega a 70,3%.

Essas estatísticas revelam ainda a questão do *ethos* camponês. A identidade e o vínculo com a terra se apresentam muito imbricadas com as estratégias elaboradas tendo em vista sua reprodução social. Nesse

caso, a tradição camponesa é ressignificada, mas não sucumbida pelo processo de modernização. Além disso, embora não hegemônicos política e economicamente, os produtores familiares ao contrário de passivos, se mostram ativos no processo histórico.

*No aspecto da organização do trabalho e da reprodução social da unidade de produção familiar, a pluriatividade aparece como uma de suas principais estratégias visando suprir a falta de créditos e a ineficiência das políticas públicas para o setor. Dentro das propriedades as principais atividades não agrícolas são: pesque-pague, restaurante caseiro, produção de queijos, doces, artesanatos, costuras etc. Fora delas, as atividades desempenhadas com maior frequência são: comércio (lojas e/ou bares), feirante, pedreiro, pintor, tratorista, apicultura, doméstica, artesanato, cabeleireiro, etc. As atividades não-agrícolas desenvolvidas na propriedade não diferem muito das apresentadas por Balsadi (2002), em recente trabalho sobre as ocupações não-agrícolas em áreas rurais do estado de São Paulo. De igual modo, a zona rural do Município analisado não se diferencia de outras da região Centro-Sul do Brasil, já que nessas também há um percentual significativo de famílias pluriativas como mostram as PNADs de 1992 e 1995.*

## **Considerações finais**

Nossas reflexões se aproximam parcialmente das conclusões de Karl Kautsky (1968), as quais apresentamos no início desse texto. Ao contrário dos grandes proprietários da região em análise, os pequenos produtores não são capitalizados. Este fator está na base das pressões econômicas e políticas engendradas pelos grandes produtores, cuja consequência, entre outras, é a desestabilização dos produtores familiares enquanto categoria social, visto que não dispõem de mediadores eficientes que garantam o equilíbrio. Como os pequenos produtores não conseguem concorrer com os grandes em termos de preços, e nem sempre dispõem de recursos técnicos e financeiros para transformar seus produtos, agregando-lhes mais valor, nem conseguem financiamento, a saída que lhes é mais propícia é obter renda de atividades não-agrícolas dentro ou fora de suas propriedades para complementar a renda agrícola e as-

sim, satisfazer suas necessidades domésticas como mostramos na análise da Tabela 1. Mas no que diz respeito à individuação do produtor familiar, nossas conclusões se afastam das de Kautsky, bem como das de Lacombe. Como vimos, para esses autores as atividades não-agrícolas indicariam, além da proletarianização, a individuação do produtor familiar. Contudo, nossas investigações indicam que, a despeito de 72% dos produtores pluriativos atuarem fora de suas propriedades, 94,4% destinam a renda não-agrícola para o consumo familiar e o investimento na lavoura.

Isso posto, nossas conclusões se aproximam mais daquelas feitas por Alexander Chayanov (1964), Maria José Carneiro (1999) e José de Souza Martins (2001). Chayanov não descarta a influência de fatores externos, mas centra sua análise sobre a “Unidade Econômica Camponesa” na organização do grupo familiar. Para o autor, é a demografia do grupo e suas reais necessidades que determinam a quantidade de trabalho a ser desenvolvido fora ou dentro da propriedade, visando a reprodução social do grupo. Ora, no nosso caso, os pequenos produtores também não estão interessados em aumentar sua quantidade de trabalho para concorrer diretamente com os grandes produtores, tanto que apenas 16,3% dos nossos entrevistados venderiam suas terras para comprar outras maiores.

Nesse sentido, a organização do seu trabalho não se pauta exclusivamente pela lógica do capital (lucro) mas, principalmente, pela satisfação das necessidades do grupo familiar. Mais ainda, o produtor familiar consegue se adaptar a distintos modos de produção em distintos lugares concomitantemente, tendo como principal objetivo sua reprodução social. É nesse aspecto, em especial, que nossas conclusões se aproximam das reflexões de José de Souza Martins e Maria José Carneiro. Para Martins (2001), o fato de membros de uma unidade familiar de produção desenvolverem atividades não-agrícolas em tempo parcial, ou integral fora de sua propriedade, não significa necessariamente que eles estejam fora da lógica da organização do trabalho do grupo familiar, pois a unidade de produção familiar se caracteriza também por ser multitemporal e multiespacial. Quanto ao processo de individuação dos membros da

família relacionado às atividades não-agrícolas dentro e/ou fora da propriedade, Carneiro (1999) indica que tal processo pode, sim, ocorrer, pois a unidade familiar de produção não é uma estrutura rígida a ponto de ser totalmente refratária à influência de fatores externos, como migrações forçadas, educação e mesmo fatores internos, como casamentos, projetos individuais etc. Contudo, a influência desses fatores não chega a comprometer de todo a unidade do grupo, pois é justamente o caráter familiar da organização do trabalho que permite uma maior plasticidade aos membros no momento de organizarem seus projetos coletivos e/ou individuais. Isso é mais difícil de ocorrer numa forma social de produção que não é organizada pelo grupo familiar. Como mostramos anteriormente, dos 232 produtores pluriativos que analisamos, somente 5,6% usam a renda das atividades não-agrícolas para a execução de projetos individuais. Os outros 94,4% usam essas rendas para a execução de projetos coletivos, o que demonstra o alto grau de coesão do grupo familiar no processo de sua reprodução social.

Nossas conclusões não pretendem esgotar o debate sobre a pluriatividade, pois a organização dos sujeitos sociais com ela envolvidos é muito complexa e requer estudos mais duradouros. Cabe analisar ainda a influência do grau de escolaridade dos produtores familiares, sobretudo os jovens em contextos de pluriatividade; analisar as possíveis transformações culturais das famílias pluriativas, bem como seu vínculo com a tradição, etc.

**ABSTRACT:** This paper discuss the small family producer's strategies of social reproduction under the impacts of technological modernization in the base of agricultural production. As a case study, we have chosen Araraquara-SP where, despite monoculture is hegemonic, the family producer persists.

**Key words:** family agriculture; strategy; pluriactivity.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BALSADI, O. V. *Mudanças rurais e o emprego não-agrícola no estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2002.
- CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.323-45.
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no campo: o caso francês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.11, n.32, p.89-105, out. 1996.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 343p.
- FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*. New York, v. 6, n. 4, p.361-373. 1990
- GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- KAUTSK, K. *A questão agrária*. Tradução de: C. Iperóig. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- LACOMBE, P. La Pluriactivité et l'évolution des exploitations agricoles. In: ASSOCIATION RURALISTE FRANÇAISE. *La Pluriactivité dans les Familles Agricoles*. Paris: ARF, 1984.
- LECHNER, N. A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia na América Latina. *Lua Nova*. São Paulo, n. 21, set/nov., 1990
- LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M. e CINTRÃO, R. (coordenadores). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA: NEAD: São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- MARTINS, J. de S. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

- MARTINS, J. S. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: Seminário Interno sobre “Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase na Agrícola e Rural na Primeira Década do Séc.XXI”, FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Santiago do Chile, 11-13 de dezembro de 2001
- MENDRAS, H. Sociologia do meio rural. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (org.) *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 41-63.
- MOREIRA, J. R. *Agricultura familiar Processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- MOREIRA, J. R. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 8, p.51-69, abril de 1997.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2003.
- SILVA, J.G. da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.
- SILVA, J.G. da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SPAROVEK, G. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.
- WANDERLEY, M. N. B. A Agricultura Familiar no Brasil: um espaço em construção. *Reforma Agrária*. São Paulo, v. 25, n.2 e 3, p.37-68, 1995.
- WILLEMS, Emílio. Individualização. In: *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro: Globo, 1961.

**BIBLIOGRAFIA**

- MARCONDES, J.V. F. A agricultura em tempo parcial no estado de São Paulo e a industrialização. *Sociologia*. São Paulo, v.24, n.1, p.29-40, 1962.
- MARSDEN, T. Towards the political economy of pluriactivity. *Journal of Rural Studies*. New York, v.6, n.4, p.375-382, 1990.
- SCHNEIDER, S. *Elementos teóricos para análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar*. Porto Alegre, [s/n] 2001. 37f. Mimeografado.